Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação recebida da Embaixada da Suíça em Lisboa, o Governo da Austrália notificou em 7 de Janeiro de 1961 ao Governo da Suíça a sua adesão ao Acordo relativo à classificação internacional dos produtos e serviços aos quais se aplicam as marcas de fábrica ou de comércio, assinado em Nice em 15 de Junho de 1957.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 28 de Fevereiro de 1961. — O Director-Geral, *José Luiz Archer*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 18 304

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, e do artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir na província de Cabo Verde um crédito especial de 365 000\$, em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral para 1960, destinado a ocorrer aos encargos com a aquisição de um prédio para instalação dos serviços da Polícia Internacional e respectivo mobiliário, tomando como contrapartida:

a) Da verba do capítulo 12.º, artigo 238.º, n.º 7) «Outras despesas extraordinárias—Avaliações gerais de propriedade urbana e rústica, da referida tabela de despesa»	250 000\$00
b) Do saldo das contas de exercícios findos	115 000\$00
	365 000\$00

Ministério do Ultramar, 6 de Março de 1961.—Pelo Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *A. Moreira*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 18 305

Após a publicação da Portaria n.º 18 005, que nomeou a comissão reorganizadora da indústria das tintas preparadas, verificou-se a vantagem de dar uma mais ampla representação à indústria e incluir também na comissão um delegado do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Nestas condições:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, que a comissão reorganizadora da indústria das tintas preparadas seja constituída, além do presidente e dos membros agregados previstos na lei, por um representante de cada uma das entidades

seguintes: Direcção-Geral dos Serviços Industriais; Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos; Laboratório Nacional de Engenharia Civil; empresas industriais com produção anual comprovadamente superior a 1000 t; empresas industriais com produção anual inferior a 1000 t; unidades trabalhando em regime caseiro e familiar autónomo. Os três últimos vogais deverão ser indicados pela Corporação da Indústria.

Ministério da Economia, 6 de Março de 1961.—O Ministro da Economia, *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior*.

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Comissão de Coordenação Económica

Declaração

Para o efeito do disposto no n.º 2.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, declara-se que, por despachos de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Comércio, respectivamente, de 20 de Janeiro de 1959 e 23 de Março do mesmo ano, foram fixados os seguintes preços de venda ao público do leite alimentar nas cidades do Porto e de Santarém:

Venda ao público de leite alimentar higienizado, engarrafado e em bilhas, na cidade do Porto:

Garrafas de 1 l	3\$20
Garrafas de 0,50 l	1\$70
Garrafas de 0,25 l	\$90
Bilhas de 10 l, venda avulsa —	2\$80 o litro.

Venda ao público de leite alimentar comum na cidade de Santarém:

3\$00 o litro.

Comissão de Coordenação Económica, 27 de Fevereiro de 1961. — Pelo Presidente, *António Fezas Vital*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Junta Central de Portos

Decreto n.º 43 523

Considerando que foi adjudicada a Cimar — Construções Civas e Marítimas, L.ª, a empreitada das obras nos portos de Velas, Calheta, Fajã dos Vimes (ilha de S. Jorge), Santa Cruz, Praia (ilha Graciosa) e S. Mateus (ilha Terceira) — Açores;

Considerando que para a execução de tais obras está fixado o prazo de cinco anos, que abrange os anos de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo a celebrar contrato com a firma Cimar — Construções Civas e Marítimas, L.ª, para a execução da empreitada das obras nos portos de Velas, Calheta, Fajã dos Vimes (ilha de S. Jorge), Santa Cruz, Praia (ilha Graciosa)

e S. Mateus (ilha Terceira), pela importância de 13 895 114\$60.

Art. 2.º Seja qual for o valor dos trabalhos a realizar, não poderá a Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de:

Em 1961	2 500 000\$00
Em 1962	3 000 000\$00
Em 1963	3 500 000\$00
Em 1964	3 000 000\$00
Em 1965	1 895 114\$60

§ único. Às importâncias fixadas para cada ano acrescem os saldos que se apurarem nos anos anteriores.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.

Administração dos Portos do Douro e Leixões

Decreto n.º 43 524

O Decreto n.º 41 983, de 28 de Novembro de 1958, autorizou a Administração dos Portos do Douro e Leixões (A. P. D. L.) a celebrar contrato com os arquitectos Francisco Manuel Matos Figueiredo e Fernando Luís Cardoso Meneses de Tavares e Távora para a elaboração, pelo montante de 450 contos, do plano regulador do espaço portuário de Leixões, compreendendo duas partes complementares: estudo geral e plano regulador. O encargo em referência seria distribuído pelos anos de 1958 a 1960.

O contrato, celebrado em 10 e visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1958, deveria ter sido executado até 31 de Dezembro de 1960. Nele se previa que a entrega do estudo geral deveria fazer-se no prazo de 190 dias após o fornecimento, pela A. P. D. L., dos elementos de informação que a esta incumbia prestar, nos termos das cláusulas contratuais. A A. P. D. L. habilitou os arquitectos com aqueles elementos em 30 de Novembro de 1959, pelo que o estudo geral deveria ter sido entregue em Junho de 1960.

Não lhes foi possível, porém, cumprir este prazo, por terem sido solicitados pela referida Administração portuária a realizar a maior parte dos serviços do plano

regulador, correspondente à segunda parte dos trabalhos constantes do contrato e, entretanto, exigidos pelo andamento das obras de ampliação do porto, nomeadamente o estudo relacionado com as avenidas circundantes da nova doca e com as suas ligações à zona adjacente e cujas empreitadas prosseguem, segundo as alterações que os arquitectos sugeriram e a mesma Administração aceitou.

Por conta do contrato em referência foi liquidada em Janeiro de 1959, das seis prestações nele mencionadas, apenas a primeira, da quantia de 85 contos, restando ainda a disponibilidade de 365 contos para esgotar o valor dos serviços contratados.

Reconhece-se a necessidade de proceder à elaboração de um contrato adicional que prorrogue o prazo de validade do anterior por mais dois anos, tempo que a experiência colhida aconselha indispensável para executar completamente os serviços previstos e que o dispêndio da quantia de 365 contos possa ser distribuído pelos anos de 1961 e 1962, sendo de 225 contos a verba a suportar pela dotação do ano corrente e de 140 contos a que se inscrever na de 1962 ou esta acrescida do saldo que porventura se apurar no final de 1961.

Nestes termos, em cumprimento do preceituado no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração dos Portos do Douro e Leixões a celebrar contrato adicional para prorrogação, por mais dois anos, do prazo de validade do que firmou em 10 de Dezembro de 1958 com os arquitectos Francisco Manuel de Matos Figueiredo e Fernando Luís Cardoso Meneses de Tavares e Távora, visando a elaboração do plano regulador do espaço portuário de Leixões.

Art. 2.º O valor disponível do contrato de 1958, de 365 contos, será suportado pelas dotações respectivas dos orçamentos privativos da mesma Administração para os anos de 1961 e 1962, com a seguinte distribuição:

- Pela dotação inscrita no ano de 1961 225 000\$00
- Pela dotação que se inscrever para 1962, porventura acrescida da que se apurar como saldo da prevista para o ano de 1961 . . . 140 000\$00

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.